

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 10, N. 1, jan./jun. 2011

Barcode

3. 75704 Clas. PER
arquivo & Administração
10 n.1
jan./jun. 2011 ex.2

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, fundada em 20 de outubro de 1971 com a finalidade de dignificar socialmente a profissão, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo&Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos - CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos - ALA.

Principais Objetivos

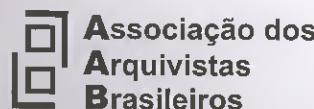
- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacionar com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos e mesas redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congresso, seminários, cursos e palestras;
- Cursos *in company* específicos para atender às necessidades das empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.



**Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**

aab@aab.org.br
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903
CEP: 20210-030 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

arquivo & administração

v. 10, n. 1

jan./jun. 2011

SUMÁRIO

EDITORIAL	3	Lucia Maria Velloso de Oliveira
ARTIGOS	5	Falando sobre Diferença: Percepções sobre Unicidade e Identidade nos Arquivos Geofrey Yeo
	13	Diplomática Notarial Maria José Justo Martin
	31	Objetos Tridimensionais em Arquivos Pessoais de Cientistas Michele de Almeida Gomes Maria Celina Soares de Mello e Silva
	49	Arquivos e Administração Provincial: Análise Retroativa do Desenvolvimento da Gestão Pública Arquivística no Brasil Taiguara Villela Aldabalde

Arq. & Adm. | Rio de Janeiro | v. 10 | n. 1 | p. 1-64 | jan./jun. 2011

Catalogação na publicação (CIP)

Arquivo & Administração/Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972)-

Rio de Janeiro: AAB, 1972-

v. : 23 cm.
Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo - Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

leg. 75703

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira

Tesoureiro: Maria Celina Soares de Mello e Silva

Conselho Editorial

Lucia Maria Velloso de Oliveira

José Maria Jardim

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Paulo Elian

Sérgio Conde Albite Silva

EDITORIAL

O primeiro número da Revista Arquivo & Administração de 2011 apresenta quatro artigos que oferecem ao nosso leitor a oportunidade de reflexão sobre os fundamentos da Arquivologia, sobre a questão da Diplomática notarial e tipologia documental, e ainda, sobre a relação entre os arquivos e a história administrativa das províncias no Brasil.

O primeiro artigo, de autoria do professor de Arquivologia e Gestão de Documentos do Departamento de Estudos da Informação da *University College London*, Geoffrey Yeo, foi traduzido por Lucia Maria Velloso de Oliveira. Primeiramente apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado na cidade de Santos, São Paulo, o artigo, de forma brilhante e inovadora, examina a compreensão do conceito de unicidade na atualidade.

Na seqüência, a arquivista María José Justo Martín, Diretora do Archivo Histórico Universitario da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, discorre sobre a Diplomática notarial e a tipologia documental produzida no âmbito notarial. María José é uma especialista em arquivos notariais e seu artigo enriquece a literatura da área no que se refere às temáticas.

O terceiro artigo continua na discussão da tipologia documental, mas nos desloca para o cenário dos arquivos científicos. O trabalho de Michele de Almeida e Maria Celina Soares de Mello apresenta uma reflexão sobre os objetos tridimensionais de ciência e tecnologia depositados nos arquivos pessoais.

Por fim, o número se encerra com o artigo de Taiguara Villela Aldabalde, professor da Universidade Federal do Espírito Santo. O professor discute os relacionamentos entre os arquivos e a administração, tendo como base 216.187 páginas de relatórios da alta administração brasileira, com destaque para os Relatórios dos Presidentes de Província no Império.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros mais uma vez cumpre seu compromisso em assegurar para os pesquisadores em Arquivologia, um espaço editorial para a divulgação de suas reflexões.

A Revista é um espaço aberto. Contribua para a literatura em Arquivologia, publique conosco.

*Lucia Maria Velloso de Oliveira
Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros*

- LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Fragmentos, modelos, imagens: processos de musealização nos domínios da ciência. *DataGramZero: Revista de Ciencia da Informação*, Rio de Janeiro, v.8, n. 2, artigo 1, abr. 2007. Disponível em: <www.dgz.org.br/abr07/Art_01.htm>. Acesso em 17 nov. 2010.
- LOURENÇO, Marta C.C. *Museus de ciência e técnica: que objetos?* Dissertação (Mestrado) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 2000.
- MAHER, William J. *The management of college and university archives*. Lanham, Maryland, London : Society of American Archivists, 1992. 430p.
- MARTINS, Roberto de Andrade. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. In: *Seminário Nacional de Arquivos Universitários*, 1., 1992, Campinas. Anais. Campinas: UNICAMP, 1992. p.27-48.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memórias e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Arquivos pessoais e documentos digitais: uma reflexão em torno de contradições. *Revista Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 35-48, jan/jun. 2008.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *A Arquivística no Laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- _____. A ciência, os cientistas e os seus arquivos. *Revista Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan/jul., p. 21-33, 2008.
- SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Avaliação de Documentos de Interesse para a História da Ciência. In: *Encontro de Arquivos Científicos*, 1, 2003, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006, p. 99.
- _____. Documentando a Atividade de Ciência e Tecnologia: Principais Questões. *Revista Registro*, São Paulo, Ano V/VI, n. 5/6, p. 37-43, jul. 2006 / maio 2007.
- _____. Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; São Paulo, 2007.
- SMIT, Johanna W. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus; Loureiro, Maria Lucia N. (org.). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (Mast Colloquia, v. 10).
- VAZQUEZ, Manuel. Casos especiales de documentos de archivo: documentos tridimensionales. In: *Introducción a la Archivología*. Santafe de Bogotá. Archivo General de la Nación de Colombia, 1997, p. 45-48.
- WELFELÉ, Odile. A Provença arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 2 n.1, p. 65-72, jun. 2004.

ARQUIVOS E ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL: ANÁLISE RETROATIVA DO DESENVOLVIMENTO NA GESTÃO PÚBLICA ARQUIVÍSTICA NO BRASIL

Taiguara Villela Aldabalde

Mestre em Arquivística, linha de História Social na USP (Univ. de São Paulo), atualmente é professor da Universidade Federal do Espírito Santo alocado no Departamento de Arquivologia. Correspondente da Academia Brasil-Europa de Ciência da Cultura, Comendador da Medalha Mérito Tiradentes cadastrada pelo Exército nº183. Ex-empresário na área de Serviço de Arquivo, foi Consultor para mais de 25 empresas em funcionamento.

taiguara@usp.br

RESUMO

Tendo por base a pesquisa sob a tutela da Profª Drª Ana Maria Camargo, que orientou a investigação que incluiu 216.187 páginas de relatórios da alta administração brasileira, em especial, dos presidentes de província, este artigo busca demonstrar as relações entre os arquivos e administração na Época do Império. A partir da abordagem teórica que considera a História dos arquivos como resultado da História administrativa, se busca expor circunstancialmente o desenvolvimento da gestão pública dos arquivos durante os governos presidenciais retroagindo as províncias. O método adotado é de pesquisa documental a partir da legislação, bibliografia e dos relatórios dos presidentes de província como forma de coleta de dados em relação ao recorte temático. As conclusões são: (a) os arquivos são indispensáveis a administração e chaves para a História administrativa; (b) os arquivos possuem presença unânime nas administrações provinciais; (c) os arquivos são vetores de diferenças entre as administrações provinciais; (d) o ponto comum entre as administrações das províncias é a necessidade constante do profissional arquivista.

Palavras-chave: Arquivo - Administração provincial - História administrativa - História dos arquivos

ABSTRACT

Based on the investigation that included 216,187 pages of Presidential's Reports in Empire, this article seeks to demonstrate the relationships between records/archives and administration. The theoretical approach considers the History of Archives as a result of Administrative History. This article expose the development of public management of the records/archives during the provincial governments. The method used is archival research including the law, literature and the reports from the provincial presidents. The conclusions are: (a) records/archives are essential keys to the administration and administrative history, (b)records/archives are present in all provincial administrations, (c) records/archives are vectors of differences between the provincial administrations, (d) the common point between the administrations of the provinces is the need of archivists.

Keywords: Archive - Records - Provincial Administration - Administrative History - History of Archives

1. INTRODUÇÃO

É possível remontar as origens das instituições arquivísticas brasileiras ao ato jurídico-administrativo de criação do Real Arquivo Militar durante o período de transferência da família real portuguesa ao Brasil em 1808:

“Sendo-me presente a grande vantagem, de que será ao meu real serviço, e até a necessidade absoluta que já existe, de haver um Archivo central onde se reunam e conservem todos os mappas e cartas tanto das costas, como do interior do Brazil, e tambem de todos os meus Dominios Ultramarinos... será o principal objecto do Archivo conservar em bom estado todas as cartas geraes e particulares, geographicas, ou topographicas de todo o Brazil e mais Dominios Ultramarino... Os mappas, cartas, planos e memorias que houver no Archivo, serão sujeitas a um inventario... Nada sahirá do Archivo sem ordem do Director, e este ficará responsavel de todo e qualquer objecto que sahir sem ordem immediata de uma das tres Secretarias de Estado... ficando tudo confiado ao Director que Sua Alteza Real for servido nomear e que terá debaixo das suas ordens todos os Engenheiros que estiverem nesta Corte, sem estarem empregados, além daquelles que para o mesmo Archivo Sua Alteza Real for servido nomear especialmente.” (Dom João)⁴⁷

Ao observar o excerto supracitado é notável que se trate de uma fonte para o campo da História dos arquivos. Este por sua vez, segundo Couture e Ducharme⁴⁸, se trata de uma linha de pesquisa em Arquivologia considerada indispensável, pois:

“...first, the history of archives can provide archivists perspective on their circumstances and problems, and on the future; second, a knowledge of the history of documents helps to understand what to keep and how to preserve it; third, the history of archives enhances our knowledge of and interest in the documents themselves, influencing positively the services we offer users; fourth, this field of research enables us to establish strong relationships between the practices of the past and those of the present, and demystifying those of the future; fifth, the history of archives stimulates critical thinking in our profession; and finally, this field of research will have a positive effect on the definition of archival principles and their application by archivists.”

47 O decreto de 7 de Abril de 1808 institucionalizou o Real Arquivo Militar caracterizado como o órgão central orientador e fiscalizador de todas as obras militares no Brasil Império. Como tal, o arquivo custodiou documentação cartográfica derivada de Portugal se tornando uma estrutura estratégica na administração imperial. Ver: BRASIL. Leis etc. *Coleção das Leis do Brasil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 12-15.

48 COUTURE, C. y DUCHARME, D. “La recherche en archivistique: un état de la question”. *Archives*. 1998-1999, vol. 30, N° 3-4, págs. 11-37

Ora, a relevância deste campo de pesquisa também pode ser confirmada levando em conta as discussões contemporâneas em publicadas em obras como “Arquivologia e ciência da informação”⁴⁹ e “Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos”⁵⁰, onde em ambos os casos existem capítulos inteiramente dedicados a retomar a História dos arquivos e da Arquivologia. Na primeira obra - “Capítulo 1: Arquivologia e informática: impacto e perspectiva histórica das relações entre as duas disciplinas; e um sub-capítulo do segundo capítulo – Cinco marcos históricos para a arquivologia”. E na segunda, o “Capítulo 2” tem como título “Arquivologia: origens e circunstâncias”.

A História dos arquivos que é considerada essencial para a Arquivologia desde os anos 80⁵¹. De acordo com Pastas⁵²:

“*The History of Archives and Archival Institutions is usually discussed in a rather general way in the manuals and textbooks. The 3rd International Symposium on Archival Training expressed the need, in the interest of both teachers and searchers, to put more emphasis on the study of the history of record keeping and archives at both national and international levels. A good general survey of the subject appears in Eckhart G. Franz's *Einführung in die Archivkunde*. A lot of facts are provided in Adolf Brenneke's *Archivkunde*. Among French manuals only *Les Archives - Pourquoi? Comment?* (1984) has a historical summary. *L'Histoire et ses méthodes* (1973 in a chapter by Robert-Henri Bautier) and *Les archives*, by Jean Favier, also include chapters on the subject. In Italy, Elio Lodolini takes special interest in the historical development of archives.*

Além de ser um campo de interesse da Arquivística é também uma área notável para História. Segundo Peter Burke⁵³ a disciplina “História dos arquivos” deveria pesquisar uma trindade clássica de problemas - recolher, armazenar e utilizar documentos de arquivos. Burke defende a cooperação entre arquivistas e outros estudiosos das ciências sociais, incluindo historiadores. Segundo as indicações de Burke, a historiadora Ann Blair⁵⁴ da Harvard University chega a propor uma História cultural para os arquivos.

49 FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2005.

50 RONDINELLI, Rosely Cury. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

51 Ver: GARCIA CUADRADO, Amparo. *La investigación en historia de las instituciones documentales: estudio de la investigación y propuesta metodológica*. *Archival Science*. 1 (1998) 55-74 e LÓPEZ GÓMEZ, Pedro. *Archival science in Spain between 1975 and 2005: a review*. *Archival Science*. 7 (2007) 245287.

52 PASTAS, Pirkko - *Manuals and textbooks of archives administrations and records management : a RAMP study*/prepared by Pirkko Rastas [for the] General Information Programme and UNISIST. - Paris: UNESCO, 1992. / BURKE, Peter. *Commentary*. *Archival Science*. 7, 4 (2007) 391-97

53 BURKE, Peter. *Commentary*. *Archival Science*. 7, 4 (2007) 391-97

54 BLAIR, Ann e MILLIGAN, Jennifer. “Toward a Cultural History of Archives” special issue of *Archival Science* vol. 7, no 4 (2007)

Além de servir de base a História administrativa e cultural, haveria interesse ainda da História comparada, uma vez que é possível desenvolver uma abordagem comparativa dos aspectos arquivísticos entre o desenvolvimento da gestão pública arquivística. Seria possível realizar assim um estudo das variáveis comuns ou distintas entre as regiões geopolíticas demonstrando o que está mais presente em uma ou ausente em outra através de análises comparativas da evolução dos arquivos de forma sistemática.

Sobre o interesse comum de historiadores e arquivistas, o periódico científico internacional *Archival Science* dedicou uma edição inteira para o tema, onde é exposta a reverberação de um caso brasileiro do século XIX na manifestação de Burke ao Seminário de História dos Arquivos em Harvard⁵⁵: “*The archives relating to slavery in Brazil were destroyed in 1891, three years after slavery had been abolished, by order of a minister, Ruy Barbosa*”. Ora, se a história dos arquivos públicos brasileiros é citada em contexto de discussões mundiais, a despeito da escassa produção na área, já se reconhece que a História dos arquivos brasileiros provoca interesse de projeções internacionais e é preciso material de pesquisa correspondente a esta demanda global.

Há de se salientar que nunca houve representante brasileiro apresentando trabalhos científicos na ICHORA - *International Conference on the History of Records and Archives*. No ano de 2010 ocorreu à quinta edição - 5th I-CHORA - em Londres capitaneada pela Universidade de Liverpool. A organização desta conferência contou com a presença de nomes relevantes da Arquivologia internacional como o Doutor Geoffrey Yeo da *University College London*.

Acerca de uma avaliação preliminar e uma revisão de literatura, nada além dos trabalhos como o de Costa⁵⁶ e Duchein⁵⁷ sobre o Arquivo Público do Império⁵⁸ figuram sobre a história dos arquivos públicos brasileiros.

A falta de referências científicas sobre a História dos arquivos no Brasil acabou por instigar a seguinte provocação investigativa⁵⁹: Seria possível realizar uma análise retroativa do desenvolvimento na gestão pública arquivística no Brasil no tempo dos arquivos e administrações provinciais?

55 “Opening up the archives”, realizado em 2006 no Radcliffe Institute, da Universidade de Harvard reuniu arquivistas e historiadores, constituindo-se como uma reunião de balanço do campo da História Social dos Arquivos.

56 COSTA, Célia Maria Leite. *Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*. Tese em História Social. IFCS/UFRJ. 1997.

57 DUCHEIN, Michel. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro: v. 3, nº 2, jul./dez. 1988, p. 91-98

58 Correspondente ao atual Arquivo Nacional, pois Arquivo Público do Império passou a ser denominado Arquivo Nacional, vindo a receber a atual denominação de Arquivo Nacional em 1911.

59 Segundo Hume, o conhecimento depende da capacidade para preencher espaços vazios deixados por fragmentos de informações, pois a realidade se mostra fragmentada como “peças de um quebra-cabeças” que nada mais são do que informações em forma de “provocações”. Se considera que a pesquisa inicia sempre por um processo de “provocação investigativa”. Para melhores esclarecimentos: COSTA, Newton C. A. da, *O conhecimento Científico*. 2^ª ed. São Paulo, SP: Discurso Editorial, 1999.

2. ANÁLISE

Partindo do pressuposto de que analisar retroativamente o desenvolvimento uma gestão pública arquivística no Brasil é, por conseguinte realizar considerações históricas a respeito da legislação, da estruturação e da relação no tempo entre arquivos e suas respectivas administrações, esta análise procura contextualizar historicamente seu objeto e apontar temas arquivísticos considerados relevantes contidos nos relatórios administrativos, especificamente as falas dos presidentes do Império.

O priori teórico desta análise do passado é baseada na idéia de que História dos arquivos é uma continuidade da História administrativa⁶⁰, o intento em relacionar arquivos e administrações provinciais pode ser definido pela afirmativa assertiva de que a “História administrativa é a chave para os arquivos públicos”.⁶¹

Ora, se é consenso entre profissionais de arquivo que a história administrativa é a chave para os arquivos, isto se deve ao fato de que, para se efetuar a organização dos arquivos de acordo com a metodologia arquivística é essencial se orientar pelo histórico administrativo da entidade produtora. Ou seja, pelos percursos e variações institucionais, pelas evoluções funcionais e estruturais, pelas alterações no organograma, competências, processos e procedimentos internos, bem como por todo o contexto histórico envolvente. Em sumo, só é possível conhecer e tratar o arquivo pelo histórico da administração a que se refere, pois a acumulação dos documentos se dá sempre em função das próprias atividades do organismo produtor.

Considerando tal pensamento, a lógica leva a recíproca para esta afirmação, isto é, que os arquivos públicos também são as “chaves” para a História administrativa. O que por sua vez leva ao pressuposto de que os arquivos foram elementos vitais para as administrações e também as atividades arquivísticas eram facilitadoras devendo ser levadas em conta para que se conheça melhor a organização e o aparato administrativo.

O caráter administrativo do arquivo dentro da estrutura estatal do governo se preservou em especial, na época imperial onde ainda não havia “a invenção da memória”⁶² nacional da república brasileira e os arquivos preservavam seu valor para gestão pública.

A alta administração nesta época composta pelos presidentes de província prestava contas através dos relatórios presidenciais cuja definição jurídica está designada pela obrigação das “falas” dos presidentes para as assembleias provinciais instituídas através do Art. 8º da Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834 – Ato Adicional.⁶³ Este

60 Seria interessante considerar a seguinte compilação de referenciais desta linha de investigação: EVANS, Frank B. *The History of Archives Administration: a select bibliography*. UNESCO, Paris, 1979.

61 TESSITORE, Viviane. História administrativa, a “chave” para os arquivos públicos. In: *Arquivo & História. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: APERJ, n.2, p. 33-46, out. 1996.

62 JARDIM, José Maria. *A invenção da memória nos arquivos públicos*. *Ciência da Informação*, Brasília, v.25, n.2, 1995.

63 BRASIL. *Coleção de Leis Império do Brasil do ano de 1834*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

oitavo artigo da lei previa que toda sessão da assembléia provincial seria dirigida por seu presidente, que por meio de uma “fala” informaria sobre o estado dos negócios públicos e das providências necessárias para o desenvolvimento da província.

Mas o que manifesta a alta administração sobre os arquivos na época do Império? Figuram entre os temas ligados ao arquivo referenciados nos relatórios dos presidentes de província: o estado de preservação, o estado de ordenação, os instrumentos de pesquisa produzidos, as instalações, a legislação que regulava as matérias legais em relação ao arquivo e seus temas, as normas de funcionamento, a restrição ao acesso a determinados documentos, o funcionamento do protocolo, os recursos financeiros e o tratamento documental utilizado na época.

Nas províncias imperiais o arquivo sempre esteve ligado ao cargo de um órgão ou de um agente especialmente designado para seu cumprimento. Pode-se dizer, por isso, que a Secretaria do Governo era na maioria das ocorrências este organismo ligado aos arquivos, e pode ser caracterizada como a mais antiga das repartições públicas, funcionando desde o tempo dos capitães-generais.

Logo após a Independência, quando foram abolidas as Juntas Provisórias existentes nas diversas Províncias e estabelecidas novas formas de governo para substituí-las atribuiu-se a um secretário o expediente, não só o que diz respeito ao do presidente, mas também ao do Conselho Provincial.⁶⁴ Essa competência ampla e difusa – que serve tanto ao poder executivo quanto ao legislativo – vai aos poucos se tornando mais precisa e objeto de regulamentos próprios.

A Constituição do Império do Brasil, de 1824⁶⁵, estabelecia definitivamente a separação entre os expedientes de ambos os poderes. Para os Conselheiros Gerais de Província devia ser nomeado um secretário que funcionasse em cada sessão anual; tal funcionário, no entanto, nada tinha a ver com o secretário que assessorava o presidente da Província.⁶⁶ O regimento dos Conselhos Gerais de Província, de 1828⁶⁷, confirma essas disposições e passa a distinguir os referidos funcionários chamando “secretário” ao que cuida do expediente do Conselho e “Secretário do Governo” ao que atua junto ao presidente da Província. O divórcio entre a área executiva e a legislativa do governo, no que diz respeito às atividades de Secretaria, é considerável a hipótese de que esta separação pode não ter ocorrido de modo adequado. Basta observar, no caso de São Paulo, que a Lei n. 20, de 8 de março de 1842, responsável por criar, sob inspeção do secretário do Governo, um Arquivo Públíco Provincial estabelecia como funcionários do novo órgão o oficial maior, o oficial e o porteiro que serviam a Secretaria da Assembléia Provincial.

64 A Lei Imperial de 20 de outubro de 1823, em seu artigo 4º, menciona: “Para o expediente [o Presidente] terá um Secretário, que será também o do Conselho”.

65 Lei Imperial de 25 de março de 1824.

66 A lei dispunha, aliás, que nem o presidente da Província, nem o secretário, nem o comandante das Armas podiam ser eleitos membros do Conselho Geral.

67 Lei Imperial de 27 de agosto de 1828, art. 11.

Se já não é possível mais de confundir as atribuições do secretário nas áreas executiva e legislativa do governo, continuam elas – a título de entender ao chamado expediente das Províncias – tão amplas quantas aquelas atribuições do próprio presidente. Não é por acaso que nenhum dos regulamentos da Secretaria de Governo, ao longo do período monárquico, se preocupou com identificar as competências do órgão como um todo, limitando-se a dar as atribuições de seus funcionários ou a apontar as características de suas diversas seções. É que o termo “Secretaria” contém já os elementos básicos de sua definição: é um órgão dependente de outro maior, o do Governo ou da Presidência da Província, e tem por função justamente a de prover o expediente desse órgão, encaminhando a ele os papéis e processos que devem ser submetidos a sua apreciação e despacho. Os contornos da área de atuação das Secretarias do Governo se confundem, pois, com os da área de atuação do próprio Governo da Província, na medida em que os atos formais necessários para o exercício da Presidência refletem e espelham, naturalmente, suas principais atribuições.

Em que pese à aparente identidade entre as atribuições do Governo (nas suas diversas áreas de atuação) e as das Secretarias de Governo, é importante ver nestas o lugar, por excelência, das atividades-meio, isto é, daquelas que se apresentam como suporte e veículo das finalidades do Estado. São três grandes funções instrumentais que caracterizam sua organização no período imperial: expediente, publicidade (incluindo a impressão de atos oficiais e a elaboração de dados estatísticos) e arquivamento.

Além do Arquivo da Secretaria de Governo, entretanto outros segmentos públicos possuíam arquivos: o Arquivo Estatístico, o Arquivo de Obras Públicas, o Arquivo Geográfico, o Arquivo do Tesouro da Fazenda Provincial, o Arquivo da Câmara Municipal, o Arquivo Militar e o Arquivo Militar do Comando de Fronteiras.

Ora, uma vez que já se analisou e localizou a alta administração no âmbito da História administrativa, se avança sobre os documentos dos administradores com a devida contextualização, a documentação trazida à luz se trata dos relatórios dos presidentes de província que tocam em temas e assuntos referentes aos arquivos. E a partir do entendimento dos atributos jurídico-administrativos já expostos seria conveniente questionar: Mas afinal, o que falam os presidentes sobre sua gestão pública arquivística?

A função arquivística da “avaliação e destinação” é um dos pontos de interesse rastreados nos relatórios presidenciais e urge salientar a necessidade de atenção para o tema que ganhou vulto a partir do pós-guerra na década de 40 e ainda é debatido nos dias de hoje. É possível encontrar a presença desta atividade nos dois seguintes arquivos impressos tipográficos, a saber:

- Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1859, pelo excellentíssimo presidente da província, o doutor Agostinho Luiz da Gama. Maceió, Typ. Commercial de A.J. da Costa, 1859. S11-1, S11-2;

- Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1844 pelo presidente da província, Francisco José de Souza Soares 'Andrea. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1844, p.12-14

Estas fontes representam a descoberta da existência de comissões nomeadas para examinar papéis, folhetos e documentos em geral, a fim de declarar quais deveriam ser inutilizados, quais deveriam ser descarregados do arquivo, quais seriam destruídos, ou por fim aqueles que poderiam ser preservados. Trata-se de um marco para uma das primeiras funções arquivísticas⁶⁸ a serem registradas ainda no Brasil Império pela alta administração na sua gestão.

Outro ponto que poderia ser levado discussão se refere aos dados sobre os profissionais de arquivo, atentando para a terminologia pela qual os administradores nomeavam o trabalhador desta repartição: majoritariamente pelo título de arquivista. Desde o século XIX a classe dos arquivistas já era referida pela sua atual nomenclatura, mas apesar disto no século XX, o profissional de nível superior iria ser chamado também de arquivologista e arquivólogo.

Estas questões podem ser relevantes para as associações de arquivistas⁶⁹, estudantes, bacharéis e pesquisadores em Arquivologia, pois contribuem para a compreensão da identidade profissional e do processo de construção das funções sociais do arquivista.

Além da função de arquivista, há relatórios que incluem níveis hierárquicos diferenciados como a de ajudante de arquivista e a de chefe da secção do arquivo. Dentro das diversas questões que poderiam ser levantadas sobre estes trabalhadores, é preciso levar em conta a questão dos perfis dos profissionais ligados ao arquivo, uma vez que o presidente da província do Amazonas⁷⁰, Ângelo Thomaz do Amaral, ocupou a

68 Considerando as sete funções: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos arquivos. Ver: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. (Trad. Magda Bigotte de Figueiredo). Lisboa: D. Quixote, 1998.

69 Seria ainda interessante que este tipo de reflexão se instaurasse a partir das associações de arquivistas que estão hoje organizadas por estados, pois as unidades estaduais federativas são correspondentes as províncias, e, portanto, caberia se traçar um paralelo ou quadro comparativo entre arquivistas do presente organizados por associações estaduais e os arquivistas do passado organizados somente em função da estrutura pública. Isto se justifica na medida em que algumas questões poderiam ser iniciadas: Qual motivo que em alguns estados as associações existem e outros não? Porque existem divergências entre essas associações no entendimento do que seja o arquivista? Será que o histórico de cada estado não contribuiu para tal distinção?

70 Apenas para efeito ilustrativo, outro governante amazonense cargo análogo ao presidente de província, estaria 102 anos depois no Rio de Janeiro a ocupar cargo ligado aos temas do Arquivo: Arthur César Ferreira Reis, historiador ex-governador do Estado do Amazonas foi ex-professor da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e era um dos professores do "Curso Avulso de Aperfeiçoamento de Pessoal para Arquivos". Este curso foi "criado para aperfeiçoar pessoal para os diferentes setores de chefias dos Arquivos". As disciplinas ministradas foram Classificação de Arquivos; Organização de Arquivos; Administração de Arquivos; História Administrativa do Brasil; Pesquisa Histórica; Evolução da Historiografia; Paleografia e Diplomática; Notariado. As matrículas era permitida aos arquivólogistas, arquivista, documentalistas, bibliotecários, bibliotecários-auxiliares, oficiais-administrativos e pesquisadores, assistentes de administração e outros servidores, a critério do diretor dos cursos de administração. Mais detalhes podem ser encontrados no acervo do Arquivo Nacional, Portaria nº 299, de 11 de julho de 1959, da "Escola de Serviço Público do DASP" que cria, na "Escola de Serviço Público dos Cursos de Administração" o "Curso Avulso de Aperfeiçoamento de Pessoal para Arquivos".

Chefia do Arquivo Estatístico do Rio de Janeiro.⁷¹ Este registro não pode deixar se passar despercebido, pois evidencia a ocupação direta da alta administração na cúpula hierárquica do arquivo estatístico, o que por sua vez traça contornos do arquivo e de seu profissional com uma face política, estratégica e diretiva. Tendo em vista o processo de consolidação que os profissionais arquivistas experimentam desde a década de 70, este perfil de um administrador que foi revestido de uma das mais altas patentes do governo brasileiro pode contribuir para a pesquisa sobre a formação da classe.

É interessante notar que ao decorrer dos anos, os relatórios englobam uma série de argumentações em defesa dos investimentos, das intervenções e de medidas a favor dos arquivos evocando diversas vezes os valores administrativos, históricos, legais, informativos e probatórios.

Para efeito de exemplificação há um discurso que argumenta em prol da conservação dos arquivos a partir da evocação do interesse civil e público legal relacionando os documentos a obtenção e manutenção de direitos. Como exemplo é possível tomar a fala que se encontra no relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza⁷²:

"He para lastimar, Srs., que os registos de baptismos, casamentos e óbitos onde a estatística tem de ir procurar materiais importantes, e que outras nações tem cercado de todas as formalidades, e cautelas precisas em ordem a assegurar a sua autenticidade, e garantir a sua conservação como depositos, que constatão as tres grandes épocas as mais importantes da vida, o nascimento, o casamento, e a morte, fontes de importantíssimos direitos civis, sejam entregues entre nós unicamente aos vigarios, e curas, e ao acaso nas suas faltas, e ausencias, algumas vezes frequentes. Esses actos não podem nem devem pois considerar unicamente pelo lado ecclesiastico, mas tambem pelo civil."

71 Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província do Rio de Janeiro na 2a sessão da 12a legislatura pelo vice-presidente João Manoel Pereira da Silva. Rio de Janeiro, Typographia universal de Laemmert, 1857. Página 11

72 Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2.ª sessão da 2.ª legislatura da Assembleia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1839 a 1840. Segunda edição. Nictheroy Typografia de Amaral & Irmão. 1851. Página 12

Ainda para citar mais um caso de evocações dos valores do documento de arquivo, o presidente Pedro Vicente de Azevedo⁷³ inclui em seu relatório uma legislação arquivística e a comenta entrando no mérito do valor das instituições arquivísticas:

“Lei n.196 de 8 março de 1842 - O Barão de Mont’Alegre, Presidente da Província de S.Paulo, etc Faço saber a todos os seus habitantes, que na Assembléa Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Lei seguinte: Art. 1º Estabeler-se nesta cidade um Archivo Publico Provincial sob inspeção do Secretario do Governo da Província. Art. 2º Ele será divido em res seccções, Legislativa, Administrativa e Historica.[...] São instuitivas as vantagens de um Archivo Publico Provincial, e na propria Lei acima transcripta está demonstração de sua conveniência. Todas as nações têm os seus Archivos, e a Corte, séde do Instituto Histórico, não faz excepção Porque a Província de S.Paulo não terá, por sua vez, os seus Archivos Provinciais?”

A contemporaneidade da revalorização do passado dos arquivos que influenciam em nosso presente é perceptível quando se observa a manifestação do vice-governador do Rio Grande do Sul ao se referir a correspondentes pretéritos: “posso me orgulhar de que nossos antigos administradores [Presidentes de Província] tenham sabido valorizar tais atividades e constituído um exemplar e invejável patrimônio, a falar de nós para nós mesmos.”⁷⁴

73 Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província, dr. Pedro Vicente de Azevedo, no dia 11 de janeiro de 1889. São Paulo, Typ. a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1889. A7-5

74 O discurso do vice-governador não é propriamente o objeto deste estudo, mas é interessante como fonte complementar demonstrando que o administrador público atual correlato ao da província no passado, reconhece a importância das tradições administrativas pretéritas e se aprofunda no tema de valorização do arquivo, do arquivista e da arquivística como se observa a seguir: “O documento, que é base da Arquivologia, é toda e qualquer informação registrada, independentemente de suporte ou características. A moderna ciência da Arquivologia tem muitas categorias de documentos, como o apócrifo, o autêntico, o ativo, o autógrafo, o cifrado, o classificado, confidencial, de primeira ou de terceira idade, o desclassificado, o diplomático, o falso, o heterógrafo, o hológrafo, o inativo, o micrográfico, o oficial, o público, o privado, o ostensivo, o secreto, o reservado, o vital, e tantos outros, cada um com sua valorização específica, sua maneira de ser tratado e guardado, que terminou-se por exigir um profissional especialmente treinado e preparado para isso: o arquivista[...]Os nomes, as datas, as modificações na estrutura administrativa do Estado, para quem souber ler, assim, vai ganhar um outro sentido [...]A Arquivologia, portanto, não é apenas um sistema de arquivos, mas é um campo imenso de diálogo com outras ciências que, de um lado, guarda e municia nossa memória e, de outro, assim o fazendo, garante a compreensibilidade de um projeto ideológico de Estado, mais ou menos consciente, desenvolvido por nossos antepassados. O Arquivo Público, por isso mesmo, é como que nossa cédula de identidade. Ele nos diz o que fomos, o que estamos sendo (porque é fundamental que, no presente, se faça a guarda dos documentos que constituirão material de pesquisa no futuro para aqueles que quiserem saber sobre o passado) e, sobretudo, o que poderemos ser.”

Ver: HOHLEFELDT, Antonio. A ciência da arquivologia alimenta a memória e garante a democracia. In: *Fontes para a história administrativa do Rio Grande do Sul: a trajetória das secretarias de estado (1890-2005) /* Concepção e coordenação de Marcia Medeiros da Rocha e Valter Vanderlei Mendes Júnior. Porto Alegre: CORAG, 2006.

3. CONCLUSÃO

A proposição central deste artigo foi demonstrar a existência de uma indissociabilidade entre arquivo e administração através de uma análise retroativa ao tempo provincial onde fica provada esta ligação que pode ser sintetizada nas falas dos próprios administradores quando pontuam que: “o arquivo, apesar do abando a que injustamente tem sido condenado, deve ser considerado a chave da administração pública e as provas de suas tradições”.⁷⁵ Também reforça esta idéia no seguinte relatório administrativo: “cada chefe de secção fará um resumo cronológico e systematico para a historia administrativa da província, o qual depois de revisto pelo secretario será guardado no arquivo”.⁷⁶ Consta-se que em ambos os caso, os arquivos tiveram sua natureza reconhecida pela administração provincial que indica seu uso para retrospectivas conjunturais úteis aos administradores na “dificilma ação da presidência que tantas vezes teve que recorrer ao passado”.⁷⁷

Como um resultado parcial da análise de 216.187 páginas de relatórios da alta administração conclui-se que o arquivo está presente na gestão pública provincial de modo que as falas dos presidentes permitem a formulação das seguintes assertivas conclusivas:

a) Arquivo como chave para a História administrativa: Os arquivos, enquanto peças, conjuntos documentais ou estruturas institucionais, são apresentados pela administração em seus relatórios como chaves indispensáveis para compreensão da História administrativa. Inclusive os relatórios presidenciais se auto-referenciam reconhecendo o valor desta documentação para os administradores. O estudo do histórico-administrativo era um dos elementos necessários para compreender o desenvolvimento e construção do estado em que se encontravam as ocorrências em âmbito provincial, e deste modo seria possível administrar racionalmente a província.

b) Arquivo com presença unânime nas administrações provinciais: Também se chega à conclusão de que não havia nenhuma província sequer sem que o arquivo e seus temas fossem pautados nos relatórios das presidências e levados para as considerações dos deputados na assembléa provincial, bem como para os demais usuários destes documentos.

75 Relatório que o exm. senr. presidente da província do Espírito Santo, o doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1856. Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1856. p.45

76 Relatório com que o vice-presidente Jose Joaquim Teixeira Viera Berfod entregou a presidência da província do Maranhão ao illm. e exm. snr. commendador Antonio Cândido da Cruz Machado. Maranhão, impresso na Typ. Const. de I.J. Ferreira, 1856. S3-4 [data de assinatura - 21 dez 1855]

77 Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinaria de 1861 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Victoria, Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1861. p.92

c) Arquivo como vetor de diferenças entre as administrações provinciais: Em um quadro comparativo, pode-se perceber que há graus de variabilidade nos discursos entre as províncias no que se refere à quantidade de menções ao arquivo e seus temas, pois se destacam as províncias do sudeste, em especial do Rio de Janeiro e de São Paulo por inserirem e comentarem legislações pertinentes revelando as partes funcionais e normativas sobre a matéria em questão.

d) Arquivista como o ponto comum entre as províncias: Observando todo o material apresentado, fica evidente que o elemento comum entre todos os relatórios é a demanda pelo profissional de arquivo. É possível constatar que havia o reconhecimento por parte dos administradores, da necessidade dos recursos humanos dos arquivos para que se garantisse o andamento das atividades auxiliares da administração e desta forma se realizasse a manutenção da própria racionalização da governança.

Por tudo que foi exposto foi possível demonstrar as relações entre os arquivos e administração na Época do Império somando o entendimento sobre a gestão pública arquivística no Brasil. O desenvolvimento dos arquivos no período a que se retroagiu mostrou-se como o reflexo da própria administração, e por isto, os arquivos provinciais podem ser situados na maioria das vezes junto a Secretaria do Governo ou Secretaria da Presidência. As provas deste reflexo são encontradas nos relatórios produzidos pela administração na Época do Império que subsidiam inúmeras temáticas da gestão pública arquivística, dos quais foram citados a avaliação, destinação e valores do documento de arquivo, que ensejam rastros da constituição do atual Patrimônio Arquivístico remanescente de destruições desde os tempos dos arquivos provinciais.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. *Coleção de Leis Império do Brasil do ano de 1834*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.
- BRASIL. *Leis etc. Colecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 12-15.
- BLAIR, Ann e MILLIGAN, Jennifer. Toward a Cultural History of Archives. Special issue of *Archival Science* vol. 7. no 4 (2007).
- BURKE, Peter – Commentary. *Archival Science*. 7, 4 (2007) 391-97.
- COSTA, Newton C. A. da. *O Conhecimento Científico*. 2^a ed. São Paulo, SP: Discurso Editorial, 1999.
- COSTA, Célia Maria Leite. *Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*. Tese em História Social. IFCS/UFRJ. 1997.
- COUTURE, C. y DUCHARME, D. *La recherche en archivistique: un état de la question*. *Archives*. 1998-1999, vol. 30, Nº 3-4, págs. 11-37.
- DUCHEIN, Michel. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro: v. 3, nº 2, jul./dez. 1988, p. 91-98.
- ESTADO DO ALAGOAS, Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1859, pelo excellentissimo presidente da provincia, o doutor Agostinho Luiz da Gama. Maceió, Typ. Commercial de A.J. da Costa, 1859. S11-1, S11-2.
- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Relatorio que o exm. senr. presidente da provincia do Espírito Santo, o doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1856. Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1856. p. 45.
- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinaria de 1861 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Victoria, Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1861. p.92.
- ESTADO DO MARANHÃO, Relatorio com que o vice-presidente Jose Joaquim Teixeira Vieria Berfod entregou a presidência da província do Maranhão ao illm. e exm. snr. commendador Antonio Cândido da Cruz Machado. Maranhão, impresso na Typ. Const. de I.J. Ferreira, 1856. S3-4 [data de assinatura - 21 dez 1855].
- ESTADO DE MINHAS GERAIS, Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1844 pelo presidente da província, Francisco José de Souza Soares 'Andrea. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1844. p.12-14.

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Rio de Janeiro na 2a sessão da 12a legislatura pelo vice-presidente João Manoel Pereira da Silva. Rio de Janeiro, Typographia universal de Laemmert, 1857. Página 11.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Relatorio do presidente da provincia do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2.a sessão da 2.a legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno de 1839 a 1840. Segunda edição. Nictheroy Typografia de Amaral & Irmão. 1851. Página 12.
- ESTADO DE SÃO PAULO, Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da provincia, dr. Pedro Vicente de Azevedo, no dia 11 de janeiro de 1889. São Paulo, Typ. a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1889. A7-5.
- EVANS, Frank B. *The History of Archives Administration: a select bibliography*. UNESCO, Paris, 1979.
- FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2005.
- GARCIA CUADRADO, Amparo – La investigación en história de las instituciones documentales: estudio de la investigación y propuesta metodológica. *Anales de Documentación*. 1 (1998) 55-74 e LÓPEZ GÓMEZ, Pedro – Archival science in Spain between 1975 and 2005: a review. *Archival Science*. 7 (2007) 245-287.
- HOHLFELDT, Antonio. A ciência da arquivologia alimenta a memória e garante a democracia. In: *Fontes para a história administrativa do Rio Grande do Sul: a trajetória das secretarias de estado (1890-2005)* / Concepção e coordenação de Marcia Medeiros da Rocha e Valter Vanderlei Mendes Júnior. – Porto Alegre: CORAG, 2006.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, Brasília, v.25,n.2, 1995.
- PASTAS, Pirkko. *Manuals and textbooks of archives administrations and records management: a RAMP study*. Prepared by Pirkko Rastas [for the] General Information Programme and UNISIST. - Paris: UNESCO, 1992.
- RONDINELLI, Rosely Cury. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. (Trad. Magda Bigotte de Figueiredo). Lisboa: D. Quixote, 1998.
- TESSITORE, Viviane. *História Administrativa, a “chave” para os arquivos públicos*. In: Arquivo & História. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: APERJ, n.2, p. 33-46, out. 1996.